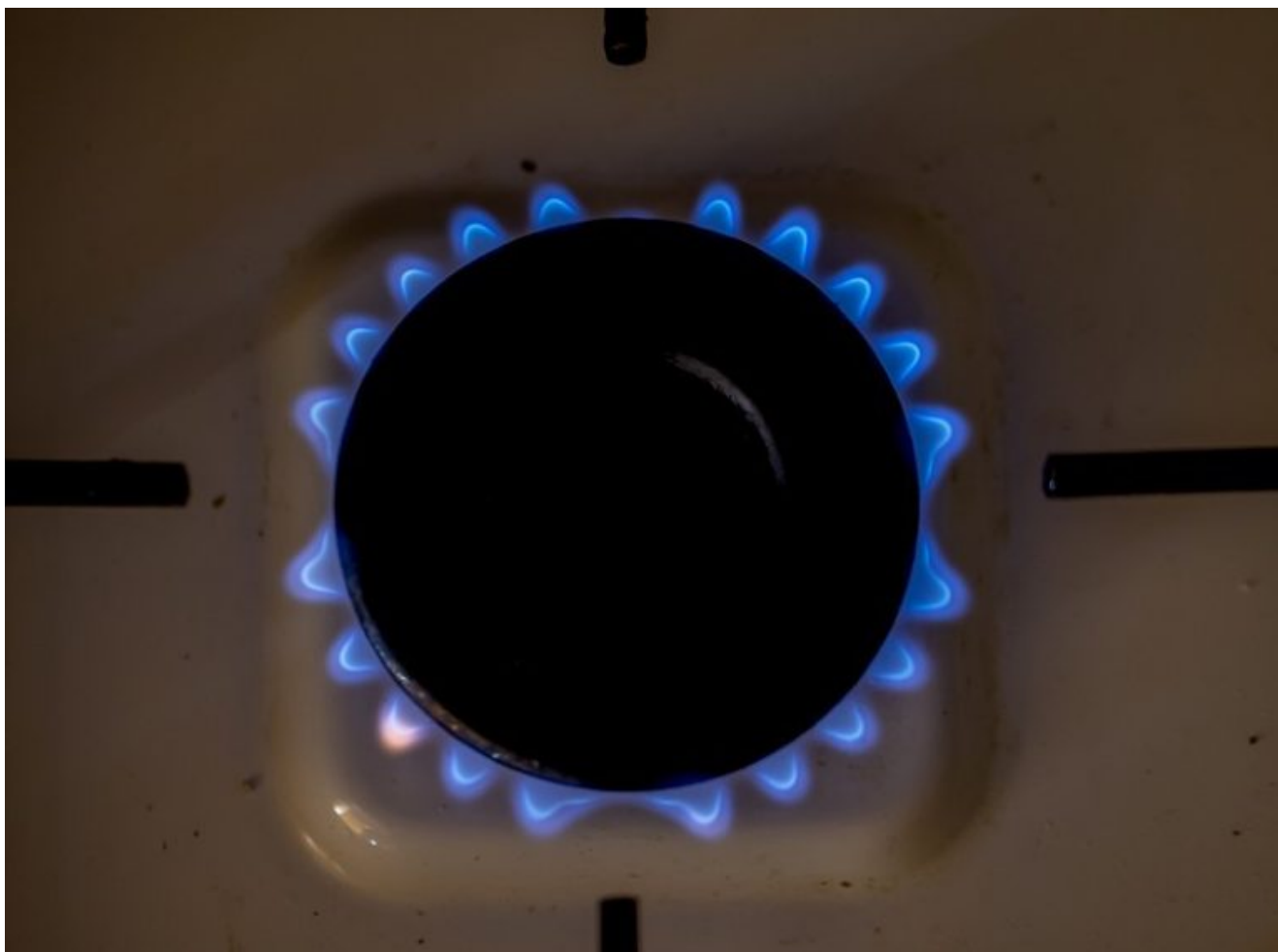


Novos programas contra pobreza energética a partir de junho

written by O Cidadão | 25 de Maio, 2025



O combate à pobreza energética tem, a partir do próximo mês e durante um ano, duas novas medidas, inseridas no **Programa E – Lar – Bairros Sustentáveis**, que têm um **financiamento de 100 milhões de euros**, segundo o Governo.

O valor das medidas, que já tinham sido divulgadas pela ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, resulta da reprogramação do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

As novas medidas, recorda o Ministério do Ambiente e Energia em comunicado, destinam-se a **combater a pobreza energética, melhorar o conforto térmico das habitações e apoiar as**

famílias mais vulneráveis na transição energética.

A medida **E_Lar – Eficiência Energética e Conforto Térmico** destina-se a promover o conforto térmico nas habitações através da substituição de eletrodomésticos ineficientes e de equipamentos a gás por equipamentos elétricos mais eficientes e sustentáveis.

É semelhante ao programa **“Vale Eficiência”** e é especialmente dirigida a beneficiários da tarifa social de energia e de prestações sociais mínimas.

Segundo o comunicado, a medida é simples, rápida e eficaz e envolve fornecedores e empresas locais.

A segunda medida, **Bairros Sustentáveis para a Transição Climática**, *“reforça a dimensão comunitária do combate à pobreza energética, apoiando intervenções integradas a nível local, com prioridade a territórios vulneráveis e soluções adaptadas ao contexto de cada bairro”*, diz o Ministério.

O programa das duas medidas tem um financiamento de **90 milhões de euros do PRR** e mais **10 milhões do Fundo Ambiental**. Surge na sequência de uma reprogramação do PRR que reforçou os apoios à pobreza energética.

“Aprovado pela Comissão Europeia, este programa será simples e de fácil acesso às pessoas, com capacidade de execução”, diz-se no comunicado.

As medidas já tinham sido anunciadas pela ministra em novembro do ano passado, numa audição parlamentar sobre a proposta do Orçamento do Estado para 2025.

Na altura, Maria da Graça Carvalho adiantou que cada uma das medidas deveria ter atribuídos 50 milhões de euros, e disse que o chamado **“programa das janelas”**, que financiava a substituição de janelas de casas, iria acabar.

No comunicado, o Ministério recorda que, **em junho do próximo ano, entra em vigor o Fundo Social para o Clima (até 2031)**, que passa a ser o principal instrumento de resposta ao impacto social da transição energética, com uma dotação de 1,6 mil milhões de euros.

O Governo criou no ano passado a **Agência para o Clima**, que junta e gere os fundos nacionais e internacionais ligados ao

clima, incluindo o Fundo Social para o Clima, que começa no próximo ano e que resulta da aplicação de uma diretiva europeia.

A estratégia do Governo, segundo o comunicado, **“articula resposta social e justiça climática”**, apoia a redução do consumo de gás, promove a eletrificação dos consumos, reforça a eficiência energética e contribui para os objetivos nacionais de descarbonização, alinhados com o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030).

Por o combate à pobreza energética ser uma prioridade, o Governo lança a nova geração de programas, **“mais eficazes, mais acessíveis, com impacto direto na vida das pessoas e que preparam o caminho para o futuro Fundo Social para o Clima”**, disse a ministra citada no comunicado.

OC/MP

FOTO | LUSA